

PESQUISAS SOBRE O INTÉRPRETE EDUCACIONAL (LIBRAS-PORTUGUÊS): UM PANORAMA NACIONAL A PARTIR DE REVISÃO SISTEMÁTICA

Research on Educational Interpreters: An Overview of Brazilian Production Based on a Systematic Review

DOI: 10.14393/LL63-v37n2-2021-24

Neiva de Aquino Albres*

Rosangela Gavioli Prieto**

RESUMO: Este trabalho consiste em uma revisão sistemática com meta-análise de estudos investigando a inclusão escolar com a presença de intérpretes educacionais de Libras e português. Desta forma, espera-se contribuir com a construção de um panorama de pesquisas no Brasil. Para o alcance dos objetivos, uma busca sistemática na literatura foi realizada nas bases de dados Portal de Periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), desde 1999, veiculado à base, até junho de 2018 em estudos originais de universidades brasileiras. Como resultado, este estudo sintetizou dados de 300 estudos que preencheram os critérios de inclusão. A caracterização das pesquisas evidenciou suas contribuições para a compreensão dos papéis dos intérpretes que atuam na escola junto aos alunos surdos.

PALAVRAS-CHAVE: Língua de sinais. Surdez. Inclusão escolar. Tradução. Revisão sistemática.

ABSTRACT: This article consists of a systematic review with meta-analysis of studies investigating school inclusion through educational interpreters. It aims to contribute to understanding the panorama of such studies in Brazil. A systematic search in the literature was carried out in the Coordination for the Improvement of Higher Education Personnel's Journal Platform (Periódico CAPES) and in the Brazilian Digital Library of Theses and Dissertations (BDTD), focusing on original studies produced in Brazilian universities from 1999 through June of 2018. As a result, this article summarizes data from 300 studies that meet the inclusion criteria and shows their contributions to understanding the role of the interpreters who work with deaf students in the school.

KEYWORDS: Sign language. Deafness. School Inclusion. Translation. Systematic Reviews

* Doutorado em Educação Especial (UFSCar). Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). ORCID: 0000-0003-1567-297X. E-mail: neiva.albres(AT)ufsc.br

** Doutorado em Educação. Universidade de São Paulo (USP). ORCID: 0000-0003-4013-1163. E-mail: rosangel(AT)usp.br

1 Introdução

Atualmente, a educação no Brasil está sob a perspectiva da educação inclusiva e esta é uma política que visa propor as mesmas condições de oportunidades para todos os estudantes, indiferente de questões raciais, de gênero, econômicas, linguística ou de alguma deficiência, como também necessidades específicas de alunos com transtornos globais do desenvolvimento (TGD) ou altas habilidades–superdotação (AHS). No Brasil, predomina essa política de educação inclusiva, modelo no qual os alunos surdos frequentam a sala de aula comum com outros alunos ouvintes, com direito à intérprete de Libras e Atendimento Educacional Especializado (AEE). Esta política destaca que “o grande avanço que a década da educação deveria produzir seria a construção de uma escola inclusiva que garanta o atendimento à diversidade humana” (BRASIL, 2001). Vários estudos criticam esse modelo por não o entender como educação bilíngue (QUADROS, 2006; LODI, 2013), considerando que a matrícula do aluno surdo na escola comum não garante acesso à aprendizagem.

A comunidade surda tem lutado pela educação bilíngue, inicialmente garantida pela Lei nº 10.436/2002, em que reconheceu a Língua Brasileira de Sinais - Libras enquanto língua, tornando necessária a presença do profissional intérprete de Libras nas escolas, denominado neste trabalho como intérprete educacional¹. Fortalecida pelo decreto nº 5.626/2005 em que estabelece a educação de surdos em escolas bilíngues (seja em classes bilíngues ou em salas mistas com a presença de intérpretes educacionais). Desde então, diferentes secretarias de educação têm implementado a educação inclusiva com distintas configurações, geralmente, desenvolvendo a inclusão por meio da contratação de intérpretes educacionais para acompanhar os alunos surdos no processo educacional (SANTOS; LACERDA, 2015). A atuação deste profissional na educação tem se configurado como objeto de pesquisa nacionalmente e internacionalmente (ALBRES; LACERDA, 2013).

¹ O termo “tradutor e intérprete de Libras – Língua Portuguesa” consta no Decreto nº 5.626/2005. Contudo, com a sua atuação em diferentes esferas sociais assume-se nomenclaturas distintas. O emprego do termo “intérprete educacional” é o termo recorrente entre pesquisadores que se dedicam ao estudo do intérprete no campo da educação (LACERDA, 2009; ALBRES, 2015, 2019), o que corresponde a um significativo avanço na afirmação dos profissionais tradutores e intérpretes de Libras-Português que atuam nesse contexto, distinguindo-os dos professores de Libras.

A interpretação educacional, no Brasil, tem ganhado destaque e relativo esforço dos pesquisadores na área da educação, da linguística aplicada e dos estudos da tradução em definir a natureza dos conhecimentos profissionais que servem de base para a interpretação Libras-português ligada ao campo educacional (ALBRES; LACERDA, 2013), como também esforços dos formadores e da política pública para a formação e profissionalização do intérprete educacional (LACERDA, 2002; QUADROS, 2004; KELMAN, 2008; LACERDA, 2010; BRASIL, 2011; NASCIMENTO *et al.* 2012; ALBRES; NASCIMENTO, 2014).

Nesse sentido, traçamos como objetivo: a) Levantar as dissertações e teses no Brasil que abordem as atividades dos intérpretes educacionais; b) Organizar e sistematizar um banco de dados com dissertações e teses localmente na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) para disponibilização a toda a sociedade brasileira; c) Contribuir para o registro da história do campo de atuação dos intérpretes de língua de sinais e língua portuguesa e do campo científico – estudos da tradução.

Para tanto, apresentamos a seguir os pressupostos teóricos que nortearam o presente estudo.

2 Pressupostos teóricos: caminhos dos Estudos da Tradução e as línguas de sinais

A tradução pode ser, genericamente, compreendida como “um processo interpretativo e comunicativo que consiste na reformulação de um texto com os meios de outra língua e que se desenvolve em um contexto social e com uma finalidade determinada” (HURTADO ALBIR, 2001, p. 41 *apud* HURTADO ALBIR, 2005, p. 27).

Historicamente, a tradução passa a ser estudada pelos estudos literários, depois pelos estudos linguísticos, até que galga sua independência com a definição do campo disciplinar “Estudos da tradução” na década de 1970, afirmando-se apenas na segunda metade do século XX (VASCONCELLOS, 2010), definindo como objeto de estudo a tradução de forma bem ampla. Apesar dos primeiros pensadores da temática datarem de 100 a.C. como Cícero, Horácio e São Jerônimo, a sistematização propriamente dita do assunto ocorre apenas no século XIX (AGUIAR, 2000).

Os Estudos da Tradução, como campo de conhecimento acadêmico, por muito tempo englobaram aspectos da interpretação, seja ela de interação face a face ou de legendagem e

dublagem (BAKER, 1998). Dessa forma, inicialmente, não faziam distinção entre “tradução” e “interpretação” como objeto para a incorporação no campo de estudo. Contudo, com o decorrer das investigações e a caracterização em áreas e subáreas, a interpretação passa a requerer espaço próprio e os mapeamentos registram a diversidade de abordagens teóricas e de objetos, colocando a interpretação como uma sub-área (HOLMES, 1972; WILLIAMS; CHESTERMAN, 2002).

Dessarte, tanto os Estudos da Tradução como a linguística aplicada tomam a interpretação como objeto de estudo quando focam em situações de interação e mediação linguística. Mais recentemente, os pesquisadores da interpretação movimentam-se para a emancipação por entenderem que a interpretação se distingue por aportes teóricos e metodológicos próprios, afirmando que: “Estudos da Interpretação distinguem-se claramente por seu único objeto de estudo, a saber, a tradução humana em “tempo-real” em um contexto comunicativo essencialmente compartilhado”. (PÖCHHACKER, 2009, p. 128 *apud* RODRIGUES; BEER 2015, p. 21).

Tradicionalmente, o termo tradução refere-se ao trabalho com textos escritos e a interpretação com a fala em interação. Atualmente, muitos pesquisadores usam o termo *translation* (tradução) para englobar as duas modalidades (escrita e falada), considerando as semelhanças entre tradução e interpretação (PÖCHHACKER, 1992, p. 213).

Diante disso, os Estudos da Tradução e interpretação se diferenciam e coadunam bases epistemológicas por tratarem de um fenômeno linguístico/discursivo. Nesse trabalho, optamos por utilizar o termo “Estudos da tradução” para se referir de forma genérica às pesquisas que tomam como objeto de estudo a translação de material linguístico de uma língua para outra língua.

Especificamente, as pesquisas sobre atividades de tradução e interpretação de línguas de sinais passam a incorporar o escopo dos estudos da tradução ainda no século XX. Vasconcelos (2010) indica que a subárea “Interpretação de Línguas Sinalizadas” passa a compor o campo disciplinar na atualidade. Aguiar-dos-Santos (2013) ressalva que pesquisas sobre intérpretes educacionais de Libras-português são expressivas em quantidade e em abrangência nacional, considerando o contexto político nacional, mas que muitas dessas pesquisas vêm sendo desenvolvidas em diferentes programas de pós-graduação.

3 Metodologia de pesquisa

Trata-se de uma revisão sistemática de literatura pautada na: 1) elaboração de uma questão de pesquisa orientadora da estratégia de busca; 2) variedade de fontes para a localização das dissertações e teses; 3) definição de critérios de inclusão e exclusão; e 4) avaliação do conteúdo das produções. As bases de dados consultadas foram cinco utilizando-se de diferentes estratégias de busca, tais como:

- 1) Busca Automática na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), a qual integra os sistemas de informação desse tipo de produção acadêmica existente nas instituições de ensino e pesquisa do Brasil. Nesse site se encontra o trabalho completo, pois dá acesso à biblioteca da universidade de origem que precisa obrigatoriamente disponibilizar o trabalho;
- 2) Busca Automática em bibliotecas digitais e o Catálogo de Teses e Dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes);
- 3) Busca manual em trabalhos bibliométricos que compilaram as teses e dissertações sobre o tema de tradução e interpretação de Libras-português (PEREIRA, 2010; ALBRES e LACERDA, 2013; AGUIAR-DOS-SANTOS, 2013);
- 4) Busca manual no Currículo Lattes dos orientadores das teses e dissertações já compiladas para verificar se orientaram outro trabalho com a temática ou se participaram de bancas de mestrado e doutorado;
- 5) Busca manual na lista de referências das dissertações e teses levantadas na procura de novos estudos referenciados usando a técnica de *Snow-Balling* (bola de neve).

Procedeu-se o cruzamento das principais palavras-chave relacionadas ao tema investigado: “intérprete educacional”, “intérprete de libras”, “tradutor intérprete de libras”, “tradutor libras”, “tradutores-intérpretes de língua de sinais”, “interlocutor em libras”, “professor interlocutor”, “mediador educacional”. Para atingir um número maior de trabalhos, decidimos ampliar a busca incluindo também os descritores: “Inclusão educacional de surdos”, “Educação bilíngue libras”, “educação de surdos”, “educação de surdos interpretação”, “educação de alunos surdos”. Apesar dessa etapa ser denominada de “busca automática”, apenas o acesso foi automático, visto que para avaliar se o trabalho seria selecionado para

nosso escopo, foi necessário, a partir da busca na plataforma, fazer a leitura do resumo, acessar o arquivo completo e consultar o sumário e, por fim, proceder à busca pela palavra “intérprete” no corpo do arquivo.

Definimos como período de fechamento do levantamento dos dados o mês agosto de 2018. No Quadro 1 ilustramos a quantidade de trabalhos levantados, excluídos e analisados.

Quadro 1 – Processo de busca, seleção e inclusão/exclusão dos estudos

TIPO DE TRABALHO	TOTAL DE LEVANTADOS	TRABALHOS EXCLUÍDOS			TRABALHOS INCLUÍDOS E ANALISADOS
		TRABALHOS INDISPONÍVEIS	TRABALHOS EM ANDAMENTO	TRABALHOS FORA DO TEMA	
Dissertação	350	28	6	75	241
Tese	108	2	10	37	59
TOTAL	458	30	16	112	300

Fonte: produção das autoras.

4 Resultados

Nesta seção apresenta-se os dados levantados, tratamos de analisar a Quantidade, Distribuição geográfica, Caracterização institucional, Evolução das publicações.

a) Quantidade de pesquisas levantadas e selecionadas (dissertações e teses)

A partir do mapeamento das pesquisas, desenvolvemos uma análise quanti-qualitativa do resultado da seleção, sendo que de um total de 457 trabalhos, foram selecionados 59 teses e 241 dissertações, como já mencionado.

O desenho gráfico a seguir ilustra nosso repositório, em duas prateleiras de livro, a primeira prateleira corresponde ao volume de teses em comparação com as dissertações, na segunda prateleira. Essa ilustração indica que o volume de teses é bem menor que o número de dissertações sobre intérprete educacional. As 59 teses correspondem à 19,6 % dos trabalhos, enquanto as dissertações à 80,33% dos trabalhos levantados.

Gráfico 1 – Quantidade de teses e dissertação



Fonte: produção das autoras.

b) Distribuição institucional e geográfica das dissertações e teses

Ao total, 81 Instituições de Ensino Superior (IES) comportaram as pesquisas de mestrado e doutorado. No quadro 2, apresentamos os nomes das instituições e suas respectivas siglas. Logo em seguida, apresentamos nas figuras 1 e 2 o mapa do Brasil e a alocação dessas instituições nas regiões com a indicação do número de pesquisas desenvolvidas.

Quadro 2 – Nomes das Instituições de Ensino Superior e suas siglas

INSTITUIÇÃO	SIGLA
Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca	Cefet RJ
Fundação Cesgranrio	Cesgranrio
Centro Universitário Moura Lacerda	CUML
Faculdades Escola Superior de Teologia	EST
Instituto Federal Goiás	IFG
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro	IFRJ
Universidade Presbiteriana Mackenzie	Mackenzie
Pontifícia Universidade Católica de Campinas	PUC Campinas
Pontifícia Universidade Católica de Goiás	PUC Goiás
Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais	PUC Minas
Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro	PUC Rio
Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul	PUC RS
Pontifícia Universidade Católica de São Paulo	PUC SP
Universidade Católica de Brasília	UCB
Universidade de Caxias do Sul	UCS
Universidade Estadual de Goiás	UEG
Universidade Estadual de Londrina	UEL
Universidade Estadual de Maringá	UEM
Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul	Uems
Universidade Estadual da Paraíba	UEP
Universidade do Estado do Pará	Uepa
Universidade do Estado do Rio de Janeiro	Uerj
Universidade Federal do Amazonas	Ufam
Universidade Federal do Ceará	UFC

Quadro 2 – Nomes das Instituições de Ensino Superior e suas siglas

INSTITUIÇÃO	SIGLA
Universidade Federal Fluminense	UFF
Universidade Federal da Fronteira Sul	UFFS
Universidade Federal de Goiás	UFG
Universidade Federal do Pará	UFPA
Universidade Federal de Sergipe	UFS
Universidade Federal do Triângulo Mineiro	UFTM
Universidade Federal de Uberlândia	UFU
Universidade Luterana do Brasil	Ulbra
Universidade de Brasília	UnB
Universidade Estadual Paulista	Unesp
Universidade Anhanguera de São Paulo	Unian
Universidade Bandeirante de São Paulo	Uniban
Universidade Estadual de Campinas	Unicamp
Universidade Católica de Pernambuco	Unicap
Universidade do Grande Rio	Unigranrio
Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul	Unijuí
Universidade Metodista de Piracicaba	Unimep
Universidade Estadual do Oeste do Paraná	Unioeste
Universidade Presidente Antônio Carlos	Unipac
Universidade de Santa Cruz do Sul	Unisc
Universidade do Vale do Rio dos Sinos	Unisinos
Universidade do Vale do Itajaí	Univali
Universidade Comunitária da Região de Chapecó	Unochapecó
Universidade Norte do Paraná	Unopar
Universidade Pitágoras	Unopar
Universidade de Passo Fundo	UPF
Universidade de São Paulo	USP
Universidade Tecnológica Federal do Paraná	UTFPR
Universidade Tiradentes	UTI
Universidade Tuiuti do Paraná	UTP
Universidade Federal do Rio Grande do Sul	UFRGS
Universidade de Fortaleza	Unifor
Universidade de Uberaba	Uniube
Universidade do Estado do Rio Grande do Norte	UERN
Universidade do Extremo Sul Catarinense	UNESC
Universidade Estadual do Ceará	UECE
Universidade Federal da Bahia	UFBA
Universidade Federal da Grande Dourados	UFGD
Universidade Federal da Paraíba	UFPB
Universidade Federal de Juiz de Fora	UFJF
Universidade Federal de Mato Grosso do Sul	UFMS
Universidade Federal de Minas Gerais	UFMG
Universidade Federal de Ouro Preto	Ufop
Universidade Federal de Pelotas	UFPeI
Universidade Federal de Rio Grande	FURG
Universidade Federal de Santa Catarina	UFSC
Universidade Federal de Santa Maria	UFSM
Universidade Federal de São Carlos	UFSCar
Universidade Federal do Espírito Santo	Ufes
Universidade Federal do Mato Grosso	UFMT

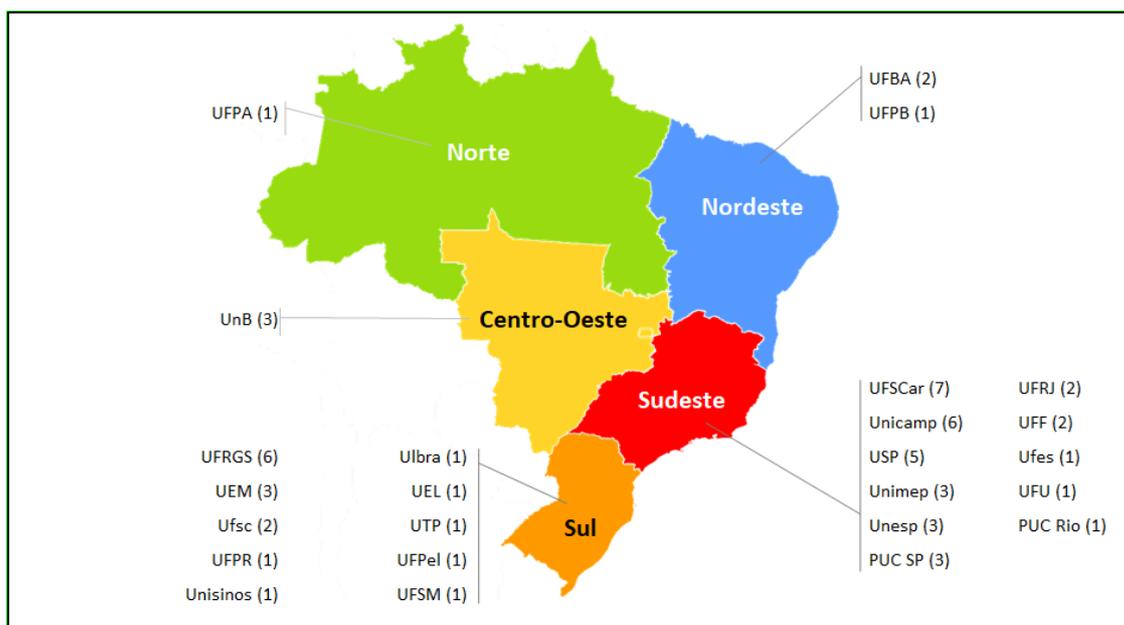
Quadro 2 – Nomes das Instituições de Ensino Superior e suas siglas

INSTITUIÇÃO	SIGLA
Universidade Federal do Paraná	UFPR
Universidade Federal do Rio de Janeiro	UFRJ
Universidade Federal do Rio Grande do Sul	UFRGS
Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri	UFVJM
Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro	UFRRJ
Universidade Franciscana	Unifra

Fonte: produção das autoras.

Na Figura 1 constam as instituições onde foram produzidas as teses analisadas nessa pesquisa, por região geográfica do Brasil, permitido visualizar sua distribuição.

Figura 1 – Distribuição geográfica e institucional das teses analisadas



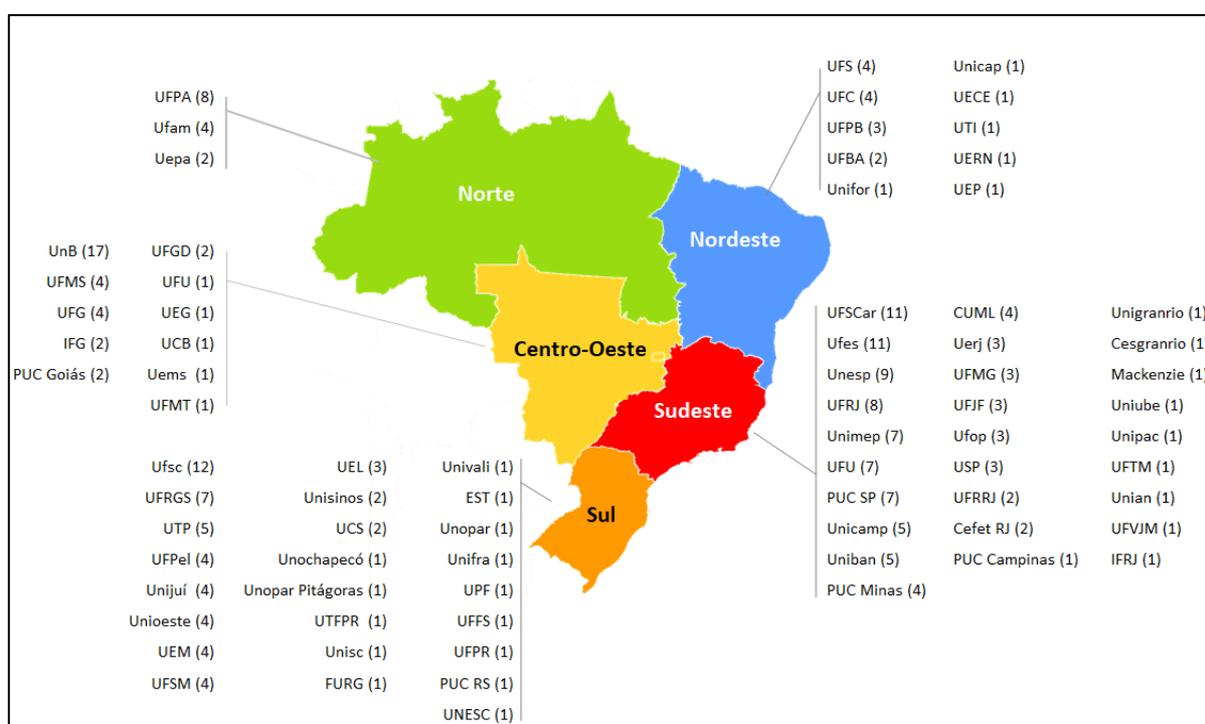
Fonte: produção das autoras.

As pesquisas de doutorado se concentram na região Sudeste (34 trabalhos) e Sul (18 trabalhos), seguidas pelas regiões Nordeste (3 trabalhos), Centro-oeste (3 trabalhos) e Norte (1 trabalho) (Figura 4). A região Sudeste é liderada pela UFSCar (7 trabalhos), Unicamp (6 trabalhos) e USP (5 trabalhos). Na Região Sul, a distribuição foi de 18 trabalhos com predominância de produção na UFRGS (6 trabalhos) e UEM (3 trabalhos), com as demais instituições com um único trabalho. As demais regiões têm um pequeno número de teses, sendo um da região Norte, três da Nordeste e três da Centro-Oeste. Na região Centro-Oeste os

trabalhos se concentram na UNB. Como apresentado, a UFSCar é a instituição que lidera em número de trabalhos de doutorado. Constatamos de todos são provenientes do Programa de Pós-graduação em Educação especial.

Diferentemente do doutorado, os trabalhos desenvolvidos no mestrado têm vinculação com instituições das cinco regiões brasileiras, com maior expressão nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste se comparado com as produções em nível de doutoramento (Figura 2).

Figura 2 – Distribuição geográfica e institucional das dissertações analisadas



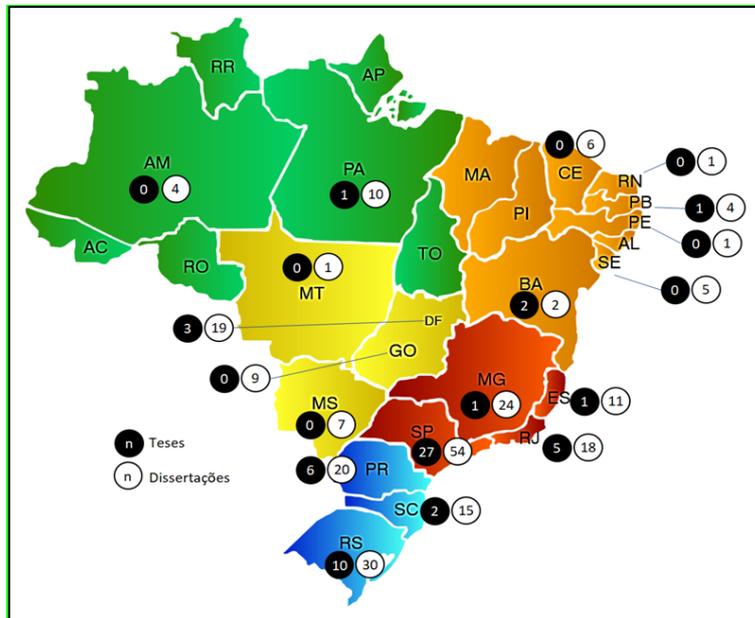
Fonte: produção das autoras.

Observamos que há uma predominância das pesquisas de mestrado pertencentes à Região Sudeste (138 trabalhos), seguido da Região Sul (83 trabalhos). Centro-Oeste tem 41 trabalhos, Nordeste 21 e a Norte 15. A Região Sudeste é liderada pela Ufes (11 trabalhos) e a UFSCar (10 trabalhos), seguidas pela Unesp (9 trabalhos).

Vale destacar que essas três instituições têm programas de pós-graduação voltados à educação especial e muitos trabalhos proveem desses programas de pós-graduação. Nas Figuras 1 e 2 apresentamos as instituições que as teses e dissertações foram produzidas

detalhando a quantidade de cada instituição de ensino superior. Na Figura 3, a seguir, comparamos a quantidade de teses e dissertações por estado.

Figura 3 – Distribuição por estado brasileiro da produção de dissertações e teses



Fonte: produção das autoras.

Na Figura 3, evidenciamos a liderança quantitativa do estado de São Paulo com 81 pesquisas (54 mestrados e 27 doutorados), seguido do Rio Grande do Sul com 40 pesquisas (30 mestrados e 10 doutorados), Paraná com 26 trabalhos (20 mestrados e 6 doutorados), Distrito Federal com 22 produções acadêmicas (03 mestrados e 19 doutorados), Minas Gerais com 25 trabalhos (24 mestrados e 01 doutorado), Rio de Janeiro com 23 pesquisas (18 mestrados e 05 doutorados), Santa Catarina 17 pesquisas (15 mestrados e 02 doutorados), outros estados com menos de dez pesquisas, como Amazonas (04 mestrados e 0 doutorado), Mato Grosso (01 mestrado e 0 doutorado), Mato Grosso do Sul (07 mestrados e 0 doutorado), Goiás (09 mestrados e 0 doutorado), Ceará (06 mestrados e 0 doutorado), Rio Grande do Norte (01 mestrado e 0 doutorado), Paraíba (04 mestrados e 01 doutorado), Pernambuco (01 mestrado e 0 doutorado), Sergipe (05 mestrados e 0 doutorado), Bahia (02 mestrados e 02 doutorados), e ausência de investigação na temática em 8 estados, são eles: Maranhão, Piauí, Tocantins, Alagoas, Roraima, Amapá, Roraima e Acre.

São trabalhos provenientes de 80 diferentes instituições distribuídas no território nacional, sendo 3 na região Norte, 10 na região Nordeste, 11 Centro-oeste, 31 Sudeste e 25 na região Sul.

Na região Norte não identificamos nenhuma tese e na região Nordeste apenas em duas instituições. Há dissertações provenientes dessas regiões, ainda que em número bem menor em comparação às outras regiões do Brasil. Esses dados revelam a produção local, contudo não levantamos, para este relatório, o deslocamento dos pesquisadores para estudo em outros estados, que depois retornam aos seus estados de origem, como, por exemplo, a pesquisadora Adriane Sales Menezes (2014) que fez seu doutoramento na UFSCar, no estado de São Paulo, e ao retornar para sua cidade natal assume a docência no curso Letras Libras da UFRR em Roraima.

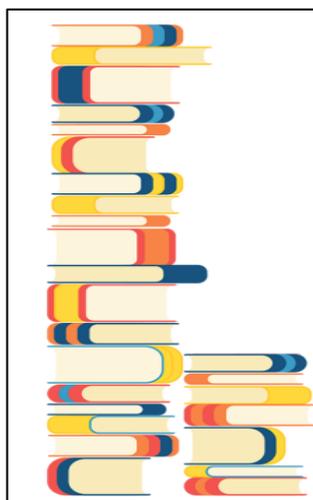
c) Caracterização institucional por dependência administrativa

O maior número de programas de pós-graduação identificados possui nível de mestrado acadêmico, seguido de doutorado e de mestrado profissional. Quanto à esfera administrativa, as universidades públicas representam 77% do total (Gráfico 2). As IES privadas identificadas nessa pesquisa (23%) são, em sua maioria, de natureza confessional, tais como as: Pontifícias universidades católicas, ou Luteranas, Metodistas e Presbiterianas, e representam número bem inferior em comparação com as universidades privadas não confessionais, como: a Universidade do Grande Rio (Unigranrio), Centro Universitário Moura Lacerda (CUMML), Universidade Bandeirante de São Paulo (Uniban), Universidade Anhanguera de São Paulo em São Paulo, Universidade Tuiuti do Paraná (UTP), Universidade Norte do Paraná (Unopar), Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos) e Universidade de Caxias (UCM) do Sul. Assim como as públicas, as IES privadas concentram-se nas regiões Sudeste e Sul do país.² As

² De acordo com a Sistema de Seleção Unificada (Sisu/MEC), as instituições de ensino superior brasileiras estão organizadas em duas categorias administrativas: as públicas e as privadas. As instituições privadas podem se organizar como "instituições com fins lucrativos ou particulares em sentido estrito" e "instituições privadas sem fins lucrativos". Estas últimas podem ser: *comunitárias* (instituídas por grupos de pessoas físicas ou por uma ou mais pessoas jurídicas, inclusive cooperativas de professores e alunos, que incluam representantes da comunidade na sua entidade mantenedora), *confessionais* (instituídas por grupos de pessoas físicas ou por uma ou mais

universidades privadas correspondem ao número absoluto de 69 trabalhos dos 300 levantados nesta pesquisa.

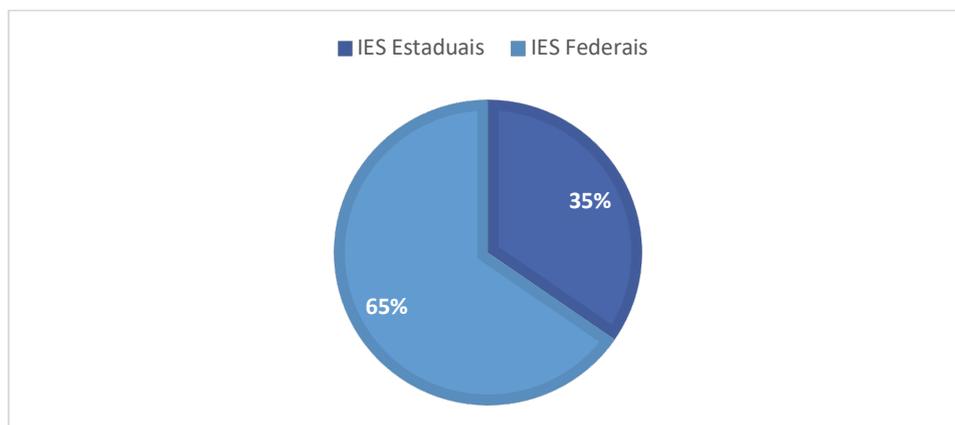
Gráfico 2 – Distribuição das dissertações e teses por tipo de instituição, por dependência administrativa



IES pública 77% – 23% IES privada

Fonte: produção das autoras.

Gráfico 3 - Distribuição das dissertações e teses por tipo de instituição (Federais e Estaduais)



Fonte: produção das autoras.

peças jurídicas que atendam à orientação confessional e ideológica, específicas) e *filantrópicas* (são as instituições de educação ou de assistência social que prestem os serviços para os quais foram instituídas e os coloquem à disposição da população em geral, em caráter complementar às atividades do Estado, sem qualquer remuneração). (BRASIL/DOU, 2018)

Dentre o número total de IES públicas (231), a maioria é de universidades federais - 65% (151), seguidas de universidades estaduais – 35% (80) como apresentado no Gráfico 3. Não registramos produção proveniente de Instituição de Educação Superior (IES) municipal.

Constatamos considerável participação de instituições públicas com essa temática de pesquisa, principalmente, de mestrado, que tem seu início no final dos anos de 1990. As primeiras pesquisas, principalmente do início dos anos 2000, têm um grande número em universidades privadas (Unimep, Unisinos, CUMML).

As pesquisas de doutorado são provindas, sobretudo, de IES públicas. Das 59 pesquisas, apenas 10 são fruto de pesquisas em instituições privadas. Por sua vez, das 241 pesquisas de mestrado, 182 são provenientes de IES públicas e 59 de IES privadas.

d) Evolução do número de publicações anuais das dissertações e teses

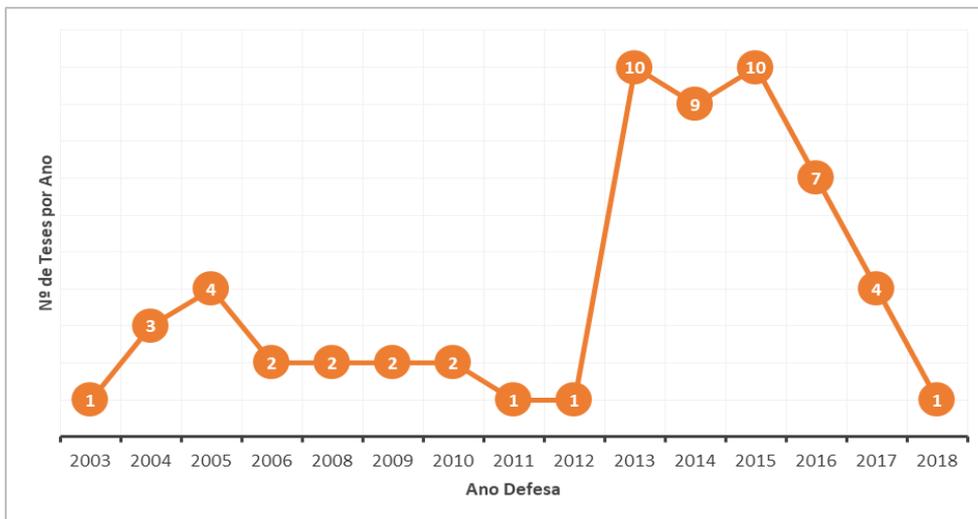
No exterior, Metzger (2010) indica que os primeiros estudos sobre intérpretes de língua de sinais (ILS) começaram nos Estados Unidos (EUA) nos anos 1970 e somente nos anos de 1980 que se iniciam os estudos sobre intérpretes de línguas de sinais em contextos educacionais. A pesquisa de Aguiar-dos-Santos (2013) indica, por meio de um estudo da arte sobre dissertações e teses que têm como objeto a interpretação em língua de sinais, que no Brasil, os estudos sobre intérpretes de línguas de sinais têm seu início no final dos anos de 1990. Esse dado é confirmado em nossa pesquisa. A primeira defesa de dissertação data de 1999 e a primeira tese de 2003.

A partir do presente levantamento, durante os anos pesquisados, a distribuição dos trabalhos selecionados ficou representada pelo Gráfico 4.

Os dados expostos no Gráfico 5 permitem confirmar que o interesse por essa temática se inicia no final dos anos de 1990, consideramos este fato ser em consequência da política de inclusão educacional, visto que grande parte foi produzida em programas de pós-graduação em educação. Esses estudos tiveram significativo aumento, sobretudo, em meados dos anos 2000, considerando que nessa década presenciamos a consolidação da política de educação bilíngue, principalmente pelo reconhecimento da Libras (BRASIL, 2002) e pela publicação do

Decreto nº 5.626 (BRASIL, 2005) associada a um forte movimento social da comunidade surda (BRITO, 2013).

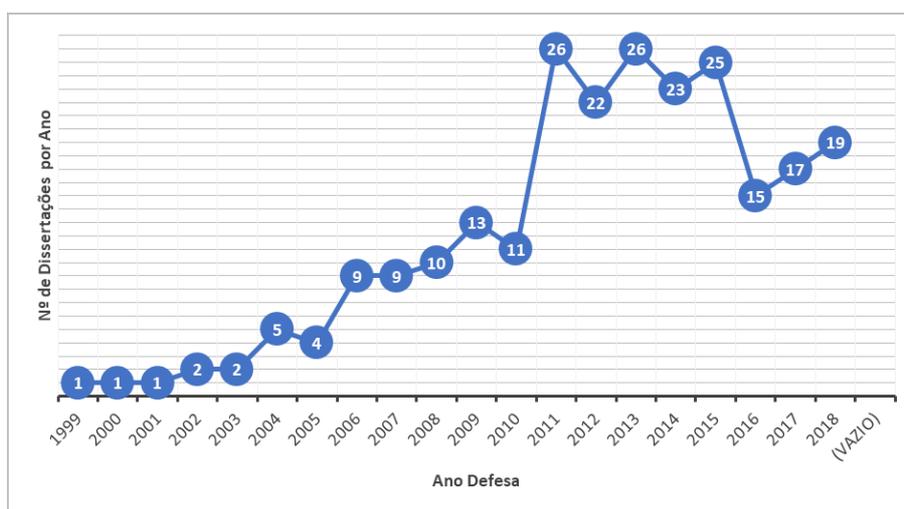
Gráfico 4 – Número de publicações anuais das teses



Fonte: produção das autoras.

No Gráfico 5, apresentamos o número de publicações anuais das dissertações. Há uma evolução significativa em 2011, de 11 para 26 trabalhos.

Gráfico 5 - Número de publicações anuais das dissertações



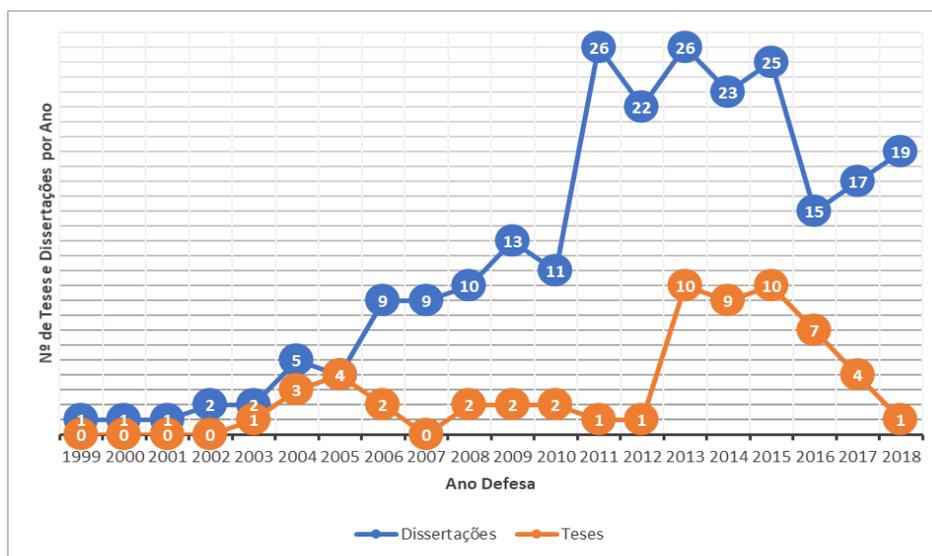
Fonte: produção das autoras.

Essas pesquisas têm um crescente gradual, até que em 2010 de 10 dissertações há um salto para 25 dissertações, mais que o dobro. Quando observamos as teses, esse crescimento

espetacular acontece de 2012 para 2013, de 1 para 10 trabalhos finalizados. Considerando que o mestrado tem em média dois anos de duração, e o doutorado quatro anos, o aumento de pesquisas de 2010 podem ter sua motivação em fatos histórico-sociais de 2008 como a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (PNEEPEI) (BRASIL, 2008). Contudo, é possível visualizar uma pequena queda a partir de 2015 tanto de mestrado quanto de doutorado (Gráfico 6). Estamos atravessando por um período bastante complicado para a pesquisa científica no Brasil com cortes de verbas para os programas de pós-graduação e diminuição de bolsas de pesquisas. Acreditamos, que, provavelmente, a redução no investimento seja um fator de impacto para a diminuição das pesquisas.

Quando a distribuição das publicações das teses e dissertações são comparadas ao longo dos anos é possível identificar uma curva similar. Esse dado confirma a influência social e política no interesse pelos temas de pesquisa e nos problemas a serem discutidos na pesquisa científica (cf. Gráfico 6).

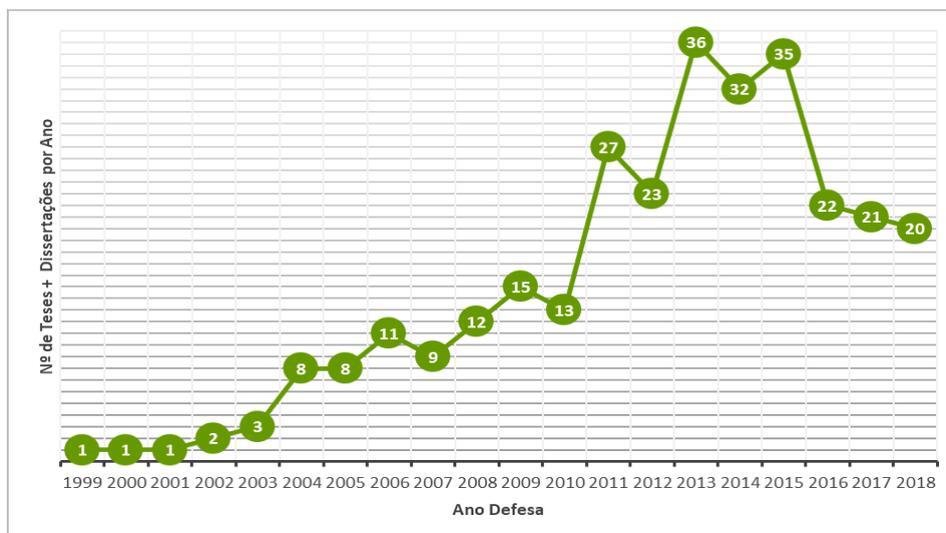
Gráfico 6 – Comparação da evolução do número de dissertações e teses – Brasil 1999-2018



Fonte: produção das autoras.

No Gráfico 7, apresentamos a evolução do número de dissertações e teses. A visualização do total de pesquisa indica um crescimento constante com declínio em 2015.

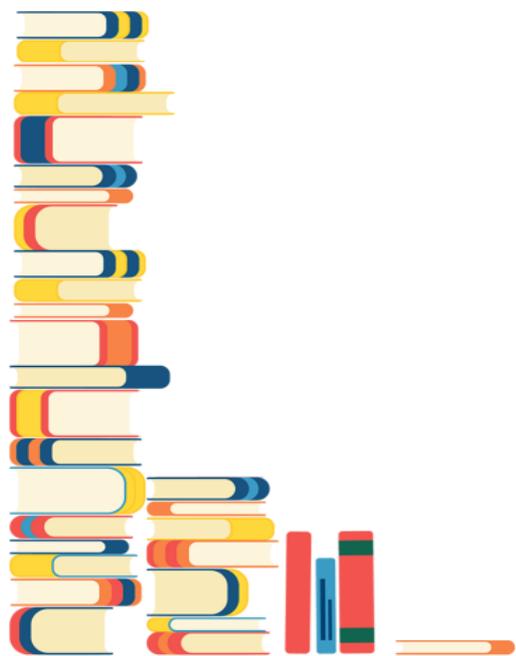
Gráfico 7 – Evolução do número de dissertações e teses – Brasil 1999-2018



Fonte: produção das autoras.

e) Número de pesquisas por área do conhecimento

Gráfico 8 - Trabalhos por área do conhecimento



Ciências Linguística Ciências Sociais Ciências Exatas

Humanas Letras e Artes Aplicadas e da Terra

239 41 16 4

Fonte: produção das autoras.

No Gráfico 8 apresentamos os dados por área do conhecimento. Constatamos que os programas de pós-graduação da área de “Ciências Humanas” (239 trabalhos), principalmente os de Educação, incorporam predominantemente os estudos sobre a atuação dos intérpretes educacionais, corresponde à primeira pilha de relatórios impressos no Gráfico 8, seguido da área de “Linguística, Letras e Artes” (41 trabalhos) nos programas de pós-graduação em linguística e linguística aplicada (estudos da linguagem), representado pela segunda pilha de relatórios impressos. As áreas de “Ciências Exatas e da Terra” (16 trabalhos) no terceiro conjunto de relatórios impressos e “Ciências Sociais Aplicadas” (4 trabalhos) têm uma parcela mínima, apresentada como um único exemplar na prateleira.

5 Considerações finais

Nesta seção, apresentamos uma síntese da pesquisa e procuramos apontar os principais eixos de resultados produzidos até o momento. Foi possível observar que, dentre os 300 trabalhos analisados, os autores estão diretamente ligados à programas de pós-graduação em ciências humanas, principalmente, em Educação (207 trabalhos), como também que o número de mestrados (241 dissertações) é bem maior que o de número de doutorados (59 teses).

A produção científica é predominantemente proveniente de universidade públicas (231 trabalhos), sendo estas Federais e as pesquisas se concentram nas regiões Sul e Sudeste.

As pesquisas sobre intérprete educacional de Libras se iniciam no final dos anos 1990 e tendem a se referir a temas mais genéricos como políticas educacionais e inclusão para mais recentemente tratar de temas mais específicos como interpretação e ensino de componentes escolares. As pesquisas tratam de fenômenos regionais, pois delimitam realidades particulares, reiterando temas similares em escolas, municípios e estados que podem ser generalizados como fenômeno de uso da linguagem, mas faltam pesquisas que cubram o território nacional para construção de um panorama do Brasil sobre a atividade do intérprete educacional de Libras.

Agradecimentos

Agradecemos aos avaliadores pela contribuição com a leitura e os comentários sugeridos para este trabalho. Os erros remanescentes são de nossa responsabilidade.

Referências

ALBRES, N. de A.; NASCIMENTO, M. V. B. Currículo, ensino e didática em questão: dimensões da formação de tradutores/intérpretes de língua de sinais. **Caderno de Letras**, n.22, jan.-jul. 2014. Disponível em: <https://periodicos.ufpel.edu.br/ojs2/index.php/cadernodeletras/article/view/4563>. Acesso em: 21 jan. 2022.

ALBRES, N. de A.; LACERDA, C. B. F. Interpretação educacional como campo de pesquisa: estudo bibliométrico de publicações internacionais e suas marcas no campo nacional. **Cadernos de Tradução**, v. 1, p. 179-204, 2013. DOI: <https://doi.org/10.5007/2175-7968.2013v1n31p179>.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de educação Especial. **Resolução nº 2/2001**. Diretrizes nacionais para a educação especial na educação básica. Brasília: MEC/SEESP, 2001.

BRASIL. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília: MEC/SEESP, 2008. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/politica.pdf>. Acesso em: abr. 2015.

BRASIL. **Decreto nº 7.612/2011**. Institui o Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência - Plano Viver sem Limite. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/decreto/d7612.htm. Acesso em: 21 jan. 2022.

AGUIAR DOS SANTOS, S. **Tradução/Interpretação de língua de sinais no Brasil**: uma análise das teses e dissertações de 1990 a 2010, 2013. 313 f. Tese Doutorado (Estudos da Tradução) – Centro de Comunicação e Expressão, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2013. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/122677>. Acesso em: 21 jan. 2022.

AGUIAR, O. B. Abordagens teóricas da tradução. Goiânia: Ed. da UFG, 2000.

HOLMES, J. S. The name and nature of translation studies. *In*: HOLMES, J. S. **Translated**. Papers on literary translation and translation studies. Amsterdam: Rodopi. [1972] 1988. p. 67-80. DOI: https://doi.org/10.1163/9789004486669_008.

HURTADO ALBIR, A. A aquisição da competência tradutória: aspectos teóricos e didáticos. *In*: ALVES, F., MAGALHÃES, C., PAGANO, A. (Org.). **Competência em Tradução**: cognição e discurso. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2005. p. 19-58.

KELMAN, C. A. O intérprete educacional: quem é? O que faz? *In*: ALMEIDA, M. A. *et al.* (Org.). **Temas em educação especial: deficiências sensoriais e deficiência mental**. Araraquara, SP: Junqueira e Marin editores, 2008. p. 71-79.

LACERDA, C. B. F. O Intérprete educacional de língua de sinais no Ensino Fundamental: refletindo sobre limites e possibilidades. *In*: LODI, A. C. B.; HARRISON, K. M. P.; CAMPOS, S. R. L. e TESKE, O. (Org.). **Letramento e minorias**. Editora Mediação, Porto Alegre, 2002. p. 120-128.

LACERDA, C. B. F. Tradutores e intérpretes de Língua Brasileira de Sinais: formação e atuação nos espaços educacionais inclusivos. 2010. **Cadernos de Educação**, Pelotas, v. 36, p. 133-153, maio-ago. 2010. Disponível em: <http://periodicos.ufpel.edu.br/ojs2/index.php/caduc/article/viewFile/1604/1487>. Acesso em: 21 jan. 2022.

LODI, A C. B. Educação bilíngue para surdos e inclusão segundo a Política Nacional de Educação Especial e o Decreto nº 5.626/05. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 39, n. 1, p. 49-63, mar. 2013. DOI: <https://doi.org/10.1590/S1517-97022013000100004>

METZGER, M. Os destaques das pesquisas sobre interpretação de língua de sinais no contexto acadêmico da interpretação comunitária. **Cadernos de Tradução**, Florianópolis, v. 2, n. 26, p. 13-61, out. 2010. DOI: <https://doi.org/10.5007/2175-7968.2010v2n26p13>.

NASCIMENTO, M. V. B.; BEZERRA, T. C.; ALBRES, N. de A.; SANTIAGO, V. de A. A. Formação de intérpretes educacionais de libras: entre concepções e propostas de curso de extensão universitária. *In*: CONGRESSO BRASILEIRO DE EDUCAÇÃO ESPECIAL - CBEE, São Carlos, 2012. **Anais...** São Carlos: UFSCar, 2012.

PEREIRA, M. C. P. Produções acadêmicas sobre interpretação de língua de sinais: dissertações e teses como vestígios históricos. **Cadernos de Tradução**, v. 1, n. 26, p. 99-117, 2010. DOI: <https://doi.org/10.5007/2175-7968.2010v2n26p99>.

PÖCHHACKER, F. The role of theory in simultaneous interpreting. *In*: DOLLERUP, C.; LINDEGAARD, A. (Ed.). **Teaching translation and interpreting: training, talent and experience**. Amsterdam: Benjamins, 1992. p. 211-220. DOI: <https://doi.org/10.1075/z.56.33poc>

QUADROS, R. M. de. **O tradutor e intérprete de língua brasileira de sinais e língua portuguesa**. Brasília: MEC; SEESP, 2004.

QUADROS, R. M. de. Políticas linguísticas e educação de surdos em Santa Catarina: espaço de negociações. **Cad. Cedus**, Campinas, v. 26, n. 69, p. 141-161, maio-ago. 2006. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0101-32622006000200003>.

RODRIGUES, C. H.; BEER, H. OS estudos da tradução e da interpretação de línguas de sinais: novo campo disciplinar emergente? **Cadernos de Tradução**, Florianópolis, v. 35, n. especial 2, p. 17-45, jul.-dez. 2015. DOI: <https://doi.org/10.5007/2175-7968.2015v35nesp2p17>.

SANTOS, L. F. do; LACERDA, C. B. F. de. Atuação do intérprete educacional: parceria com professores e autoria. **Cadernos de Tradução**, Florianópolis, v. 35, n. especial 2, p. 505-533, jul.-dez. 2015. DOI: <https://doi.org/10.5007/2175-7968.2015v35nesp2p505>.

VASCONCELLOS, M. L. Tradução e interpretação de língua de sinais (TILS) na pós-graduação: a afiliação ao campo disciplinar “estudos da tradução”. **Cadernos de Tradução**, Florianópolis, v. 2, n. 26, p. 119-143, 2010. DOI: <https://doi.org/10.5007/2175-7968.2010v2n26p119>.

WILLIAMS, J.; CHESTERMAN, A. **The Map**: a beginner’s guide to doing research in Translation Studies. Manchester: St. Jerome Publishing, 2002.

Recebido em: 30.09.2020

Aprovado em: 18.01.2021